



JOSÉ JAIRO GOMES

RECURSOS
ELEITORAIS

5ª edição

revista, atualizada e ampliada

Contém:

Apêndice com as Súmulas do TSE



atlas

SUMÁRIO

1	Teoria geral dos recursos	1
1.1	Definição	1
1.2	Classificação	2
1.3	Princípios.....	4
1.4	Admissibilidade e mérito recursal	11
1.5	Pressupostos recursais	14
	1.5.1 Pressupostos recursais intrínsecos.....	14
	1.5.2 Pressupostos recursais extrínsecos	15
1.6	Efeitos do recurso.....	19
2	Aspectos dos recursos eleitorais	25
2.1	Os recursos eleitorais.....	25
2.2	Processo Judicial Eletrônico – PJe.....	27
2.3	Sessão de julgamento por meio eletrônico.....	29
2.4	Formalidades para interposição	32
	2.4.1 Regularidade formal: representação processual e petição recursal.....	32
	2.4.2 Prática eletrônica de atos processuais.....	34
	2.4.2.1 Interposição eletrônica de recurso.....	35
2.5	Legitimidade	35
2.6	Efeitos dos recursos.....	37
	2.6.1 Efeito suspensivo	37
	2.6.2 Imediata eficácia de acórdãos.....	39
	2.6.3 Sustação da eficácia imediata de decisão judicial	39

2.7	Prazos.....	41
2.7.1	Prazos recursais	41
2.7.2	Contagem de prazos recursais.....	45
2.7.3	Termos inicial e final dos prazos recursais	48
2.7.4	Intempestividade reflexa	51
2.7.5	Suspensão de prazos processuais	52
2.8	Desistência do recurso.....	53
2.9	Prevenção	53
2.10	Recursos parciais	54
2.11	Anualidade Eleitoral – Obrigatória observância de precedentes – inaplicabilidade imediata de decisões modificadoras de jurisprudência.....	56
2.12	Competência originária do tribunal para julgar atos de seu presidente	58
2.13	Irrecorribilidade das decisões administrativas dos tribunais eleitorais.....	61
2.14	Publicação prévia de pauta e colocação de recursos e causas em mesa para julgamento	63
2.15	Autocomposição, conciliação e mediação	66
2.16	Negócio jurídico processual.....	68
2.17	Sustentação oral.....	72
2.18	Declaração de inconstitucionalidade.....	73
3	Recurso eleitoral.....	81
3.1	Caracterização do recurso eleitoral.....	81
3.2	Interposição	83
3.3	Juízo de admissibilidade.....	85
3.4	Prazo	87
3.5	Efeitos.....	88
3.6	Juízo de retratação.....	90
3.7	Tramitação no Tribunal Regional Eleitoral.....	91
4	Recurso do art. 96, § 4º, da Lei nº 9.504/1997	101
5	Embargos de declaração	109
5.1	Conceito e pressupostos	109
5.2	Cabimento contra qualquer decisão judicial	112
5.3	Procedimento.....	115

	5.3.1	Prazo de interposição	116
	5.3.2	Contraditório nos embargos de declaração.....	117
	5.4	Efeitos.....	118
	5.5	Embargos manifestamente protelatórios.....	120
	5.6	Interposição anterior ou simultânea de recurso	123
6	Agravos		127
	6.1	Generalidades	127
	6.2	Agravo de instrumento.....	128
	6.2.1	Não cabimento de agravo de instrumento contra decisão interlocutória	128
	6.2.2	Cabimento de mandado de segurança	132
	6.2.3	Pedido de reconsideração	133
	6.2.4	Procedimento do agravo de instrumento no CPC ...	134
	6.3	Agravo interno.....	137
	6.4	Agravo regimental.....	143
	6.5	Agravo em recurso especial ou extraordinário – agravo nos próprios autos	145
7	Recurso ordinário eleitoral		153
	7.1	Recurso ordinário para o Tribunal Superior Eleitoral.....	153
	7.2	Recurso ordinário eleitoral para o Supremo Tribunal Fe- deral	161
8	Recurso especial		165
	8.1	Fundamento e pressupostos.....	165
	8.1.1	Decisões de Tribunal Regional Eleitoral	166
	8.1.2	Esgotamento das vias ordinárias.....	171
	8.1.3	Prequestionamento	174
	8.1.3.1	A exigência de decisão expressa sobre a questão jurídica	174
	8.1.3.2	Decisão implícita sobre a questão jurídica...	175
	8.1.3.3	Decisão ficta da questão jurídica: erro, omissão, contradição ou obscuridade no acórdão	176
	8.1.3.4	Questão de ordem pública.....	178
	8.1.4	Contrariedade à disposição expressa da Consti- tuição.....	181

	8.1.5	Contrariedade à disposição expressa de lei	184
	8.1.6	Dissídio jurisprudencial: divergência na interpretação entre dois ou mais tribunais eleitorais.....	184
	8.2	Prazo	189
	8.3	Efeitos.....	191
	8.4	Trâmite do REspe no Tribunal Regional Eleitoral	193
	8.5	Trâmite do REspe no Tribunal Superior Eleitoral	197
	8.6	Recurso especial repetitivo	203
	8.7	Fundamentos para não admissão de recurso especial eleitoral	207
9		Recurso extraordinário	221
	9.1	Noções de controle de constitucionalidade	221
	9.2	Controle de constitucionalidade e direito pré-constitucional...	224
	9.3	Caracterização do recurso extraordinário	226
	9.4	Não cabimento de RE diante de acórdão de TRE	228
	9.5	Admissibilidade: requisitos específicos	230
	9.5.1	Prequestionamento	230
	9.5.2	Repercussão geral.....	232
	9.5.2.1	Caracterização da repercussão geral	232
	9.5.2.2	Questões constitucionais reiteradas	235
	9.5.2.3	Repercussão geral em matéria eleitoral.....	237
	9.6	Interposição	240
	9.7	Prazo de interposição	241
	9.8	Efeitos.....	242
	9.9	Trâmite no Tribunal Superior Eleitoral	243
	9.10	Trâmite no Supremo Tribunal Federal	244
	9.11	Eficácia da decisão do Supremo Tribunal Federal	244
	9.12	Recursos extraordinários repetitivos.....	248
	9.13	Súmulas do STF sobre recurso extraordinário	248
10		Embargos de divergência.....	251
11		Embargos infringentes e a técnica de julgamento do art. 942 do CPC/2015.....	255
12		Outros meios impugnativos no processo jurisdicional eleitoral....	261
	12.1	Introdução.....	261

12.2	Garantias ou remédios constitucionais	261
12.2.1	Mandado de segurança.....	262
12.2.2	Mandado de injunção.....	279
12.2.3	<i>Habeas data</i>	283
12.2.4	Ação popular.....	287
12.3	Tutela provisória de urgência de natureza cautelar.....	290
12.4	Recurso contra expedição do diploma (RCED).....	292
12.5	Reclamação	294
12.6	Ação rescisória.....	296
12.6.1	Ação rescisória eleitoral.....	296
12.6.2	Ação de anulação de ato processual.....	301
12.6.3	Ação de <i>querela nullitatis insanabilis</i>	301
	Apêndice	303
	Referências	307